

RELATO INTEGRADO À LUZ DA CRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VALOR AOS STAKEHOLDERS DE INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

LALESKA DAYANE OLIVEIRA APOLINARIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

MARIA CONCEIÇÃO MELO SILVA LUFT
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

ROSÂNGELA SARMENTO SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

LUIZ GERALDO RODRIGUES DE GUSMÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Introdução

O Relato Integrado ou Relatório Integrado (RI) teve iniciativa por meio da Diretiva 2014/95/EU do parlamento Europeu e do Conselho, que ressaltou sobre a divulgação de informações financeiras e não financeiras como um fator vigorante na condução para uma economia global sustentável, divulgando e ordenando instituições e estados membros a usabilidade desse framework.

Problema de Pesquisa e Objetivo

identificar como o Relato Integrado do Senac Alagoas contribui para divulgação da sua geração de valor.

Fundamentação Teórica

Compreender que toda e qualquer organização consistirá em unidade sustentável a partir da dinâmica de relacionamento existente entre ela e as partes interessadas, entender o sentido deste relacionamento e gerenciar estratégias favoráveis às organizações ao ponto de filiar valor é a ideia chave que constitui a teoria dos stakeholders. Um termo que surgiu pela primeira vez em 1963, por meio de um memorando interno do Stanford Research Institute, definindo stakeholders, como grupos ou indivíduos que podem afetar ou são afetados pela organização (MASCENA et al., 2018; MASCENA e STOKER, 2020)

Metodologia

A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, de natureza qualitativa por meio estudo de caso único holístico.

Análise dos Resultados

Os resultados obtidos revelaram que a instituição se preocupou em demonstrar em seus relatórios a evolução gradual por capitais e ações desenvolvidas com base nos indicadores pré-estabelecidos pela própria instituição e que a estrutura do relato integrado não se atenta à mensuração de valor, mas a classificação e exploração da participação das instituições nos diferentes ambientes.

Conclusão

O Senac/AL pode demonstrar confiança aos seus stakeholders, pois o RI dos anos analisados, proporcionam transparência nas práticas de governança dos seus capitais. Respondendo assim o objetivo desta pesquisa, que identificar como o Relato Integrado (RI) do Senac Alagoas contribui para divulgação da sua geração de valor.

Referências Bibliográficas

BAZANINI, Roberto; ADRA, Ricardo Daniel; RUBEO, Roberto Enzo; LANIX, Tirone Francisco Chahad; BARBOSA, Catharina Pereira Barbosa. A teoria dos Stakeholders nas diferentes perspectivas: controvérsias, conveniências e críticas. Revista Pensamento & Realidade, v.35, nº 2, p.43-58, maio/ago de 2020. BEVILAQUA, Isabelle Caroline; FREIRE, Fátima de Souza. Oportunidades e desafios do relato integrado a partir dos princípios do dialogic accounting e do engajamento dos stakeholders. CONTEXTUS- Revista Contemporânea de Economia e Gestão. V.21, p. 1-16, 2023.

Palavras Chave

Relato Integrado, Demonstração de Valor, Stakeholders

Agradecimento a órgão de fomento

Não tem

RELATO INTEGRADO À LUZ DA CRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VALOR AOS STAKEHOLDERS DE INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

1 INTRODUÇÃO

Com o advento das mudanças globais sob a ótica sustentável, a ocorrência da necessidade de aprimorar o pensamento das organizações tem se intensificado de forma gradativa e constante. Assim, para acompanhar a nova identidade global, o *framework* do Relato Integrado tem proporcionado representatividade ao retratar como as instituições gerenciam seus processos.

O Relato Integrado ou Relatório Integrado (RI) teve iniciativa por meio da Diretiva 2014/95/EU do parlamento Europeu e do Conselho, que ressaltou sobre a divulgação de informações financeiras e não financeiras como um fator vigorante na condução para uma economia global sustentável, divulgando e ordenando instituições e estados membros a usabilidade desse *framework*.

Levando em consideração a proposta do Relato Integrado e a notória ligação e adaptação aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, expor informações relacionadas à responsabilidade socioambiental das organizações e não apenas àquelas que remetem aos aspectos financeiros, apresenta uma forte vantagem e conexão ao chamado controle social.

O pensamento integrado é o diferencial da estrutura conceitual do Relato Integrado em comparação com as diversas outras possibilidades de relatórios corporativo. Esse pensamento pressupõe que toda tomada de decisão em uma organização, nos seus mais diversos níveis, deve levar em consideração todos os panoramas e as possíveis repercussões, intra e interorganização que sejam relevantes para a decisão.

Diferentemente de outros relatórios prescritos às instituições como forma de divulgação sobre a situação existente do patrimônio econômico e financeiro, bem como outros aspectos que apresentam a interação da empresa com seu público de interesse, percebe-se que o Relato Integrado advém de um processo social de evolução e inovação na comunicação das organizações. Comunicação que desperta interesses aos seus *stakeholders* e permite, subjetivamente ou objetivamente, indiretamente ou diretamente, o acompanhamento das ações e suas respectivas destinações.

Nesse contexto, destaca Guzatti (2020) que o *framework* do Relato Integrado permite demonstrar aos usuários de capital financeiro e não financeiro de que forma a organização cria valor ao passar do tempo, por meio das suas estratégias, desempenhos e aplicações empresariais no ambiente externo. Contudo, como o *framework* não comporta métrica ideal para demonstração de valor gerado, enquadrou-se como fundamento e suporte teórico, que reforçará conceitualmente a relação entre empresa e partes interessadas e a consequência dessa relação com o valor gerado, a teoria dos *stakeholders*, auxiliando na busca do objetivo desta pesquisa, em identificar como o Relato Integrado do Senac Alagoas contribui para divulgação da sua geração de valor.

Bazanini (2020) alcança a compreensão de que o contexto organizacional tem sido o suporte à constituição da teoria dos *stakeholders*, pois essa teoria surgiu em um cenário organizacional em que os gestores tomaram ciência de que as organizações eram dependentes de grupos externos e que não possuíam autossuficiência. Essa conscientização reforça a ideia de que “existem grupos e indivíduos que têm interesse no sucesso ou no fracasso de um negócio” (HARRISON *et al.*, 2010, p. 17). Por isso, gerenciar os *stakeholders* faz parte da estratégia de toda e qualquer organização por abranger a ideia de criação de valor da empresa para os seus *stakeholders* (BAZANINI *et al.*, 2020), atendendo a justificativa exposta no suporte teórico da pesquisa.

Outro suporte teórico que justifica esta pesquisa, são os estudos de Gonçalves, Dos Anjos e De Lima Freitas (2019), De Albuquerque Ribeiro (2020) e Maria, D'angelo e Borgerth (2021), nos quais os autores asseveram que a adoção do RI pode trazer diversas vantagens e importância para uma empresa, tais como: transparência e prestação de contas, avaliação de riscos e oportunidades, gestão estratégica, melhoria da tomada de decisões, sustentabilidade a longo prazo e aprimoramento da comunicação externa.

Ademais, no contexto de instituições educacionais, Domingues (2021) destaca que as organizações podem se beneficiar com o RI, haja vista que este traz uma visão holística aos *stakeholders* no que se refere a transparência educacional e social, avaliação do desempenho educacional e compreensão de impacto social no aspecto regional. Portanto, do ponto de vista prático e científico esta pesquisa poderá mostrar que a adoção de RI pode ser uma ferramenta importante para o SENAC, pois permite que as instituições educacionais demonstrem seu compromisso com a educação de qualidade, ao mesmo tempo em que fornece informações para seus *stakeholders* e parceiros. Isso pode fortalecer a posição do SENAC como uma instituição líder no campo da educação profissional.

Não obstante, no cenário público, as instituições possuem por natureza gerar resultados em várias perspectivas, e Galvão et al (2022, p. 5) ressaltam que “o quadro conceitual do Relato Integrado foi bem adaptado ao setor público, pois as empresas estatais, geralmente, operam em condições de mercado”. Dessa forma, em 2016, o Brasil se tornou pioneiro ao aplicar a determinação da divulgação dos relatórios gerais no modelo de relatório integrado às instituições públicas federais (ZARO, 2021).

No que se refere ao SENAC, empresa foco nesta pesquisa, integrante do sistema “S”, criado por pelo Decreto Lei Nº 8.621/1946, sendo a sua finalidade atender educação profissional. Apesar de ser uma empresa privada, em virtude da cessão de recursos públicos, esta é fiscalizada pelo órgão de controle público, sendo este o Tribunal de Contas da União - TCU.

Em 2019 o TCU, emitiu a Decisão Normativa (DN) nº 178/2019 que defende a atualização do relatório geral ao modelo de relato integrado às Administrações Públicas Federais. Em virtude da obrigatoriedade exposta na DN 178/2019, a importância da pesquisa admite-se no tocante da atualidade do tema e a viabilidade da aplicabilidade desses modelos às instituições. Ademais, considerando que o Senac é uma empresa privada da Administração Indireta sob a nomenclatura jurídica de Serviço Social Autônomo vinculada como Unidade Prestadora de Conta (UPC), viabiliza a necessidade de investigar a utilização do seu relatório geral no modelo de Relato Integrado. Apresenta também uma viabilidade social a partir da discussão do método integrado, na compreensão pelos *stakeholders*, sobre os conteúdos informados nos relatórios e a dimensão do valor gerado pelas instituições públicas quanto à sua governabilidade social, econômica e ambiental atendendo aos objetivos da agenda 2030, um plano que visa a melhoria dessas três dimensões de forma equilibrada e integrada, prevendo um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está amparado em dois episódios. O primeiro contendo a definição do Relato Integrado, correlacionando como base a teoria dos *stakeholders* na busca de fundamentar e evidenciar a importância da demonstração de valor às partes interessadas e o segundo com a apresentação da aplicabilidade do Relato Integrado no setor público.

2.1 O Relato Integrado e a Teoria dos Stakeholders como a base para a demonstração de geração de valor

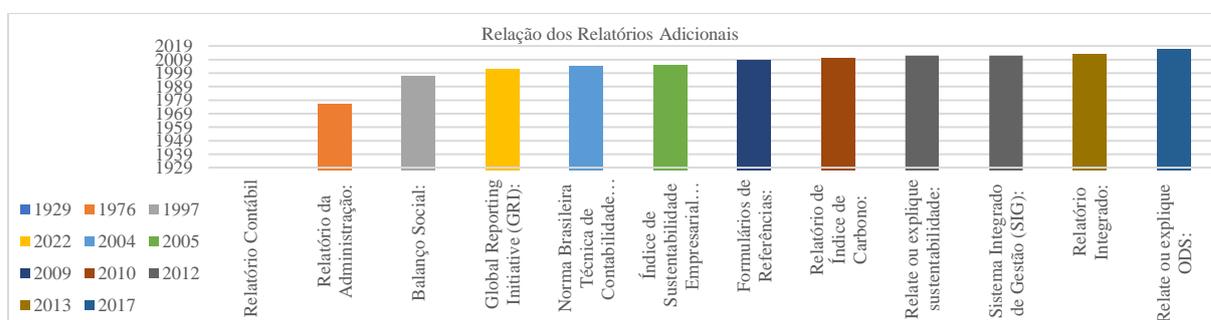
Compreender que toda e qualquer organização consistirá em unidade sustentável a partir da dinâmica de relacionamento existente entre ela e as partes interessadas, entender o sentido deste relacionamento e gerenciar estratégias favoráveis às organizações ao ponto de filiar valor é a ideia chave que constitui a teoria dos *stakeholders*. Um termo que surgiu pela primeira vez em 1963, por meio de um memorando interno do *Stanford Research Institute*, definindo *stakeholders*, como grupos ou indivíduos que podem afetar ou são afetados pela organização (MASCENA et al., 2018; MASCENA e STOKER, 2020; BAZANINI et al., 2020). Acredita-se que essa teoria pode ser considerada como uma gestão de *stakeholders*, pois integra o conjunto de ações, estruturas e práticas designadas à organização (MASCENA; STOKER, 2020).

Diante disso, Bazanini *et al* (2020, p 45) esclarecem que “a gestão dos *stakeholders* passou a cada vez mais fazer parte das estratégias das organizações com o conceito de criação de valor da empresa para os seus *stakeholders*”. Nessa direção, a medida em que as partes interessadas compreendem que na integração do seu relacionamento com a organização, existe uma disponibilização mais que o mínimo necessário para mantê-lo, a organização terá como consequência o engajamento e fidelidade destes *stakeholders*. Essa fidelidade consistirá em um aumento na geração de valor da empresa (MASCENA *et al.*, 2018; HARRISON *et al.*, 2010).

Assim, reforçando a necessidade de estratégias que visem o bom relacionamento das organizações com seus *stakeholders*, considera-se o Relato Integrado-RI como uma ferramenta de divulgação de informações que condizem com a realidade das instituições em seus aspectos sociais, ambientais e econômicos, demonstrando às partes interessadas, informações valiosas sobre a forma como a organização se sustenta a curto, médio e longo prazo.

O RI foi criado em meados de 2009, pelo Conselho Internacional para o Relato Integrado ou *International Integrated Reporting Council* (IIRC), com propósito de remediar a fragilidade dos relatórios de sustentabilidades existentes à época. Compreende-se que o RI não tem sido o primeiro relatório a preocupar-se a prestar informação relacionada a aspectos não financeiro. Guzatti (2020) apresenta uma relação de relatórios corporativos nacionais e internacionais, que visam também a divulgação destas informações, conforme ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1- Relação dos relatórios adicionais



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Guzatti (2020)

Observa-se no Gráfico 1 que os relatórios adicionais derivam de um processo de comunicação que abrange os aspectos ambiental, social e econômico com a premissa de evidenciar a transparência nas ações às partes interessadas. No entanto, percebe-se que, ao invés de facilitar a divulgação, oportunizando a transparência na informação, ocasionou em uma diversificação de relatórios que permitiram a aplicação do quantitativo de dados gerados pelas

organizações, dificultando a transparência nas informações. Desse modo, Guzatti (2020) afirma que o Relato Integrado se apresenta como uma proposta de direcionar os relatórios já existentes e adotados pelas corporações à um pensamento integrado. Assim, diferentemente dos outros relatórios, o intuito do RI é integrar informações financeiras e não financeiras em um único documento, facilitando a leitura e interpretação dos fatos (LIMA; SILVA, 2017).

A estrutura do RI é em formato de *framework* e demonstra aos *stakeholders*, de que forma a organização cria valor ao passar do tempo, por meio das suas estratégias, desempenhos e aplicações empresariais no ambiente externo (GUZATTI, 2020). Seu principal objetivo tende a ser o aumento da qualidade da informação divulgada aos provedores de capital financeiro, reduzindo, consideravelmente, as distorções de informações, proporcionando uma aplicação mais eficiente do capital (ZARO, 2021; CARDOSO *et al.*, 2019).

A princípio, a proposta do RI compreendia somente as dimensões econômica, social e ambiental, no entanto, foi expandida à seis capitais que influenciam diretamente no sucesso da organização, são eles: capital financeiro, capital manufaturado, capital intelectual, capital humano, capital social e de relacionamento e capital natural (IIRC, 2013b; GUZATTI, 2020). Segundo Bevilaqua e Freire (2023) os capitais são reservatórios de valor que tendem a aumentarem, diminuir ou podem ser transformados conforme as atividades da organização.

O valor além de demonstrar os resultados financeiros e/ou a entrega de produtos, apresenta um retorno de novos capitais no processo, o fortalecimento e engajamento das relações com os *stakeholders* e a sustentabilidade dos negócios (GUZATTI, 2020). Complementa Perez Junior, Oliveira Neto e Silva (2014) que os valores gerados em uma corporação, advém do desenvolvimento e transformação dos capitais oriundos de ambiente externo, bem como dos serviços ou produtos ofertados pela organização aos clientes, onde estes, perceberão e reconhecerão o valor distribuído pela empresa, ativando a disponibilidade em pagar por eles. Reforçam ainda que o valor gerado ou adicionado por meio das operacionalidades da organização, tende a ser destinado aos fornecedores dos capitais empregado.

2.2 Aplicabilidade do Relato Integrado

O Relato Integrado surgiu nas organizações privadas de capital aberto, sendo estas organizações obrigadas a apresentarem em seus relatórios contábeis o *framework* do RI. No âmbito das organizações públicas, o RI passou a ser fomentado por meio da criação do *IR Public Sector Pioneer Network*, uma comissão formada por diversos representantes do setor público em extensão global, tendo como objetivo, a discussão da implantação do modelo de reporte na administração pública (FARIA *et al.*, 2023).

Percebendo esta vantagem, o Brasil se torna pioneiro ao aplicar a obrigatoriedade da divulgação dos relatórios gerais no modelo de relatório integrado às instituições públicas federais (ZARO, 2021). Esta obrigatoriedade passa a ser colocada em prática em 2016, com a promulgação da Lei nº 13.303/2016, lei das Estatais, a qual exigiu que as empresas públicas e sociedades de economia mista, elaborassem anualmente o relatório integrado ou de sustentabilidade (RESENDE, *et al.*, 2021). No contexto educacional, é possível citar o SENAC atuante na formação profissional e educação corporativa, o RI está implantado desde de 2019, ou seja, não está isento dessa tendência crescente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa baseia-se em uma lógica indutiva, de abordagem qualitativa cujo objetivo é de natureza exploratória e descritiva, com a finalidade de compreender como o relato integrado contribui para a divulgação de valor gerado pela instituição Senac.

Configura-se como pesquisa indutiva, pois conforme afirmam Marconi e Lakatos (2003, p. 92) essa abordagem tem o “designo de ampliar o alcance dos conhecimentos”, e que “admitem diferentes graus de força, dependendo da capacidade das premissas de sustentarem a conclusão”, “aumentando o conteúdo das premissas, com sacrifício da precisão”. Creswell (2010) admite que essa abordagem parte de uma observação particular, advinda de temas ou categorias para um modelo generalizado da teoria. Denomina-se como abordagem qualitativa uma vez que esta é uma forma de explorar e interpretar os sentidos que indivíduos conferem a um problema social ou humano (CRESWELL, 2010).

Concentra-se em natureza exploratória, à vista da necessidade de um levantamento bibliográfico e análise documental para esclarecimento dos conceitos e fundamentação de teoria que engloba a ideia de valor gerado. Confirma Creswell (2010, p. 129) ao sugerir que “a pesquisa qualitativa é exploratória e que os pesquisadores a utilizam para explorar um tópico quando as variáveis e a base teórica são desconhecidas”, e descritiva, pois denota-se ao objetivo de descrever a ligação do relato integrado com a criação e divulgação de valor aos *stakeholders* da instituição.

Como método, a pesquisa utiliza o estudo de caso único sob a variante holística (YIN, 2015), constatando a viabilidade de analisar o relatório integrado do Senac a nível regional, caracteriza-se como caso único. Tendo em vista que o Senac Regional Alagoas é um departamento do Senac Nacional, justifica-se a categorização da variante holística. O método estudo de caso, torna-se relevante para essa pesquisa, pois conforme Yin (2015, p. 17), possibilita “investigar um fenômeno contemporâneo, em profundidade e em seu contexto de mundo real”.

A unidade de caso desta pesquisa é o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), sob a Administração Regional de Alagoas. O Senac é uma entidade de direito privado ligada a Confederação Nacional de Comércio (CNC). Possui repartições administrativas, sendo uma administração nacional e administrações regionais nos estados brasileiros. Dentre as regionais, tem-se o Senac Alagoas que teve início no ano de 1947, na cidade de Maceió, como uma delegacia regional vinculada à administração de Recife (PE), recebendo sua autonomia no ano seguinte. Atualmente, o Estado de Alagoas conta com seis unidades, dentre elas, três estão situadas na capital Maceió, onde consta a sede administrativa, uma no município de Arapiraca, uma no município de Palmeira dos Índios e uma no município de União dos Palmares.

Reconhecendo que a sede administrativa é a responsável por desenvolver estratégias a nível regional, bem como, construir o relatório integrado anual para divulgação de prestação de contas e demonstração de valor gerado, compreende nesta pesquisa como a unidade de análise. Sendo assim, tem-se a seguinte estrutura do estudo de caso: contexto: relato integrado; unidade de caso: Senac regional; unidade de análise: sede administrativa.

Desse modo, a pesquisa foi solidificada na utilização das seguintes fontes: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Sendo a pesquisa bibliográfica para o levantamento teórico sobre o *framework* RI e a pesquisa documental para análise das fontes documentais, tais quais regulamentação representada aqui pela Decisão Normativa nº 178/2019 (TCU) e, registro de arquivo sendo este o Relatório Integrado do Senac /AL referente ao período de 2020 a 2022.

Os critérios de análise do RI ocorreram com base em dois critérios: primeiro avaliou se o RI do Senac/AL estava em consonância com a estrutura da DN nº178/2019 do TCU, no qual estabelece que este o formato por meio do “Relatório de Gestão na Forma de Relatório Integrado: evolução da prestação de contas”, desenvolvido pelo TCU. a) Elementos pré-textuais; b) Mensagem do dirigente máximo da unidade; c) Visão geral organizacional e ambiente externo; d) Planejamento estratégico e governança; e) Gestão de risco e controles internos; f) Resultados da gestão; g) Alocação de recursos e áreas especiais da gestão; h) Demonstrações contábeis; i) outras informações relevantes e; j) Anexo e apêndices. O segundo foi analisado os capitais do RI, com base na Estrutura Internacional para Relatório Integrado- IIRC

tais como: capital financeiro, capital intelectual, capital manufaturado, capital humano, capital social e de relacionamento e o capital natural. Para isso, foi utilizado na análise de conteúdo os preceitos de Bardin (2016) e o como *Software* de análise foi utilizado o Maxqda (2022), importante salientar que o critério de análise dos capitais foi o com maior representatividade nos respectivos anos em análise.

Nessas circunstâncias, ressalta-se também que a primeira fase da pesquisa documental foi desenvolvida através da leitura da DN nº178/2019 do TCU, o que possibilitou formalizar uma compreensão clara dos critérios e exigências para o framework do RI, e realizar a comparação destes critérios com os adotados pelo Relato Integrado do Senac/AL, no recorte temporal de 2020 à 2022, tomando como referência as seguintes menções: 1- Atendido; 0,7 - Parcialmente atendido; 0,5 - Não se aplica; e 0 - Não atendido. Na segunda fase foi realizada a análise de conteúdo dos Relatos Integrados para identificar as ações de capitais de valores de maior representatividade, vislumbrando assim o valor gerado pela instituição.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os tópicos percorridos neste capítulo são as discussões dos resultados que permitiram responder o objetivo proposto neste estudo que é identificar como o Relato Integrado (RI) do Senac Alagoas contribui para divulgação da sua geração de valor.

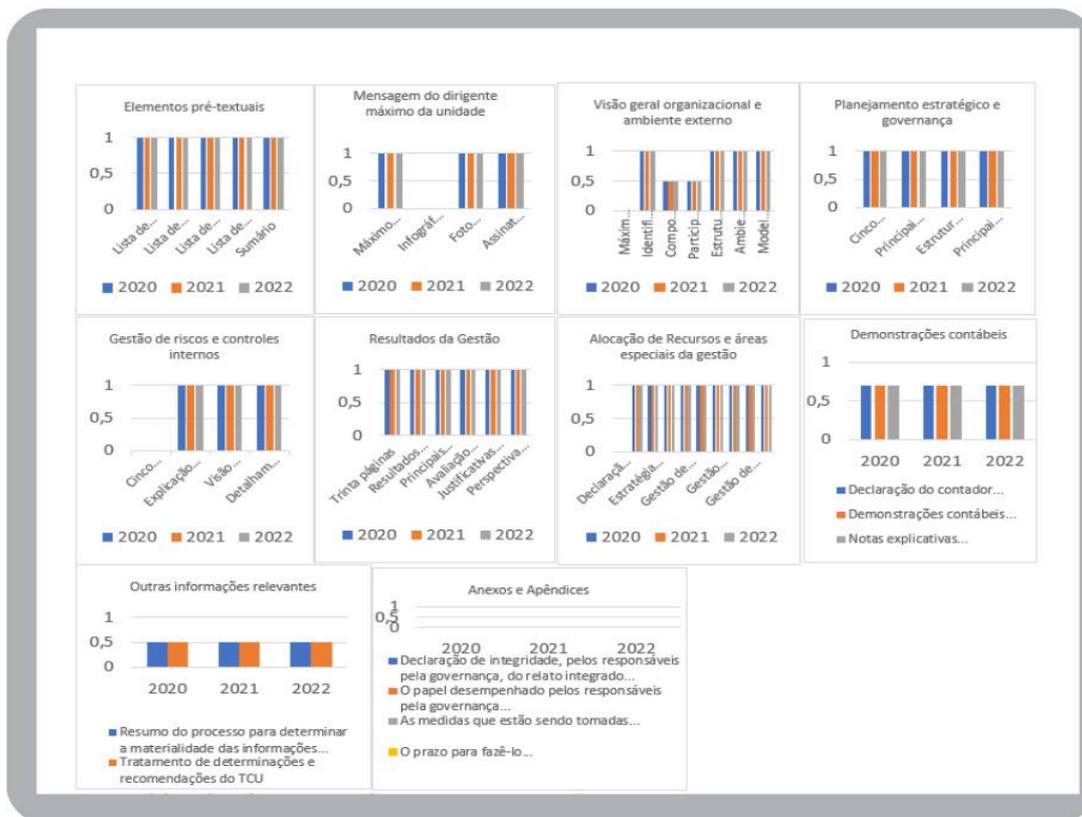
4.1 Composição estrutural do relatório integrado à luz da DN do TCU nº 178/2019

Para a primeira fase da análise documental foi observada a normativa vigente que trata sobre a atualização do relatório geral de prestação de contas da administração pública federal para o modelo do RI. Dessa forma, identificou que o RI do Senac Alagoas atende aos critérios da estrutura estabelecidos no documento “Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado: evolução da prestação de contas”, desenvolvido pelo TCU.

Face ao exposto, foi possível identificar que o RI do Senac/AL atende a DN nº 178/2019 TCU. Isto posto, isso pode melhorar a qualidade da prestação de contas do Senac/AL, promover a transparência e a responsabilidade social, avaliar o desempenho de forma holística e, por fim, atender os interesses dos *stakeholders*, contribuindo para uma gestão mais eficaz e responsável. Importante salientar, que o Senac apesar de ser uma instituição privada, recebe recursos públicos, o que leva a fiscalização pelo TCU, o que confirma a necessidade de atender a referida norma aqui exposta.

Além de avaliar a estrutura do RI Senac/AL em relação a DN nº 178/2019 do TCU, é necessário também avaliar as recomendações que compõem cada item da estrutura. O período comparativo foi de 2020 a 2022. Para tanto, para melhor compreensão, destacam-se a Figura 1 contendo os componentes de cada elemento aos Relatórios Integrados, demonstrando o nível de participação em cada critério, com base nas seguintes menções: 1- Atendido, 0,7- Parcialmente atendido, 0,5- Não se aplica e 0- Não atendido.

Figura 1 - Critérios de Exigibilidade do TCU- Framework Relatório Integrado



Fonte: Elaborado pelos autores com base RI do Senac/AL (2023).

Dando continuidade da análise da Figura 1, é possível observar que dentre os critérios da estrutura estabelecidos na DN nº 178/2019 do TCU, o RI do Senac/AL atendeu a nível 1: Elementos pré-textuais; Mensagem do dirigente máximo da unidade; Visão geral organizacional e ambiente externo; Resultados da gestão; Alocação de recursos e áreas especiais da gestão, ao longo dos três anos. Somente as demonstrações contábeis e outras informações relevantes, variaram de 0,7 (parcialmente atendido) a 0,5 (não se aplica). Já os critérios anexos e apêndices obtiveram nível de participação 0 (não atendido), também no período de três anos.

Com base no que foi relatado, apesar do RI Senac/AL atender a maioria dos critérios a nível 1, os critérios que foram atendidos parcialmente ou não foi atendido, podem estar relacionados aos dados das demonstrações contábeis não estarem disponíveis diretamente no relatório em formato de contas contábeis, ou seja, este é visível somente via link que permite o acesso ao portal da transparência Senac/AL.

Portanto, fazendo uma analogia deste resultado com os estudos de Bazanini *et al.*, (2020) ao asseverar que as partes interessadas precisam compreender que no seu relacionamento com a organização é necessário que exista uma disponibilização mais que o mínimo necessário para o engajamento dos *stakeholders* e fidelidade destes. Assim, o critério das demonstrações contábeis desempenha um papel essencial no RI de acordo com a DN nº 178/2019, pois este tem como propósito fornecer informações financeiras que complementam as informações não financeiras, informações estas essenciais para os *stakeholders*.

No caso de “outras informações importantes”, a DN nº 178/2019 estabelece a utilização deste critério somente em casos de existir algo que não coube inserir no relatório em

outros tópicos. Por fim, o único critério que todos os relatórios não atenderam, está relacionado ao “anexos e apêndices”. A DN n.º 178/2019 destaca que os apêndices são uma parte necessária do RI, pois permite que a empresa propicie informações detalhadas que sustentem a conclusão do RI, atenda a requisitos regulatórios e atenda às necessidades específicas de diferentes públicos. Ademais, o apêndice aumenta a flexibilidade, a transparência na utilidade do RI. Além disso os apêndices também são importantes, pois complementam informações, mostra transparência e credibilidade, mostra se o RI atende aos requisitos regulatórios e normativos, facilita as avaliações externas e órgãos de controles e por fim, minimiza a desordem informacional (GONÇALVES; DOS ANJOS; DE LIMA FREITAS, 2019).

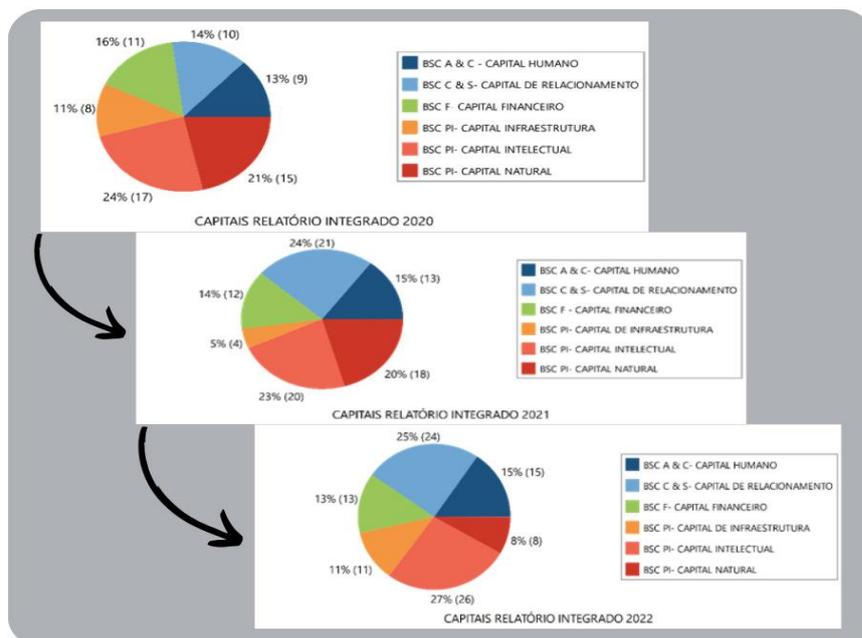
Em suma, com base nos resultados discutidos acima é possível afirmar que o RI do Senac/AL, apesar de atender um critério parcialmente e outro não, transmite a busca pela integridade no que se refere ao atendimento quanto a prestação de contas e a estrutura estabelecida pela DN nº 178/2019, bem como proporciona uma visão holística aos *stakeholders* contribuindo assim para uma gestão transparente, mais eficaz e responsável (DE ALBUQUERQUE RIBEIRO, 2020).

4.2 Identificação das Ações de Valores Gerado

O segundo momento da análise foi identificar na estrutura do RI os capitais de valor e qual capital teve maior influência no período de 2020 a 2022, com base nos capitais de valores descritos na Estrutura Internacional para Relato Integrado- IIRC, tais como: capital financeiro, capital intelectual, capital manufaturado, capital humano, capital social e de relacionamento e o capital natural, sendo estes as categorias de análises e o *Balanced Scorecard* (BSC) como unidade de registro.

A apresentação desses capitais em um RI permite a identificação da transparência da movimentação dos recursos aplicados e efetuados pela instituição e evidencição de valor gerado, neste interim, os capitais mais representativos extraídos do RI no período em análise foram: capital intelectual, capital social e de relacionamento e o capital natural, conforme pode ser visto na Figura 02.

Figura 2- Índice de representatividade de capital de valor 2020 a 2022



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Observa-se na Figura 02, que o capital de maior representatividade no Senac/AL aos anos em análise foi o **Capital Intelectual**, com participação que varia de 24% a 27% das ações. O IIRC apresenta que o Capital Intelectual são ações intangíveis baseadas em conhecimentos, bem como propriedade intelectual no qual se refere a patentes, direitos autorais, *software*, direitos e licenças, como também, capital organizacional alusivo à conhecimentos tácitos, sistemas, procedimentos e protocolos. Dessa forma, compreende-se que o Senac/AL, durante o período analisado, oportunizou melhorias na sua estrutura estratégica e governamental.

Para corroborar a evidenciação do capital intelectual no RI do Senac/AL com este resultado é possível citar como exemplo no Senac/AL a ação Gestão Compartilhada, que tem por objetivo, promover a integração entre os colaboradores, compartilhar informações, trocas de ideias e sugestões. Na ação, houve participação de 100% do total de colaboradores nos anos analisados, sendo que, no ano de 2020 o Senac obteve 238 participações, em 2021 foram 277 participações e, 2022 um total de 298 participantes, conforme ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1: Ações da Gestão Compartilhada- Capital Intelectual

Gestão Compartilhada 2020	Gestão Compartilhada 2021	Gestão Compartilhada 2022
Gestão de risco: Responsável por disseminar dicas de prevenção contra o vírus da COVID-19, bem como a apresentação do plano (protocolo) de retomada, que seguiu os protocolos estabelecidos pelas autoridades de saúde;	Gestão de riscos: disseminação de dicas de prevenção contra o vírus da Covid-19 e palestra sobre a importância da vacinação e os perigos da não-imunização.	Lançamento do App Meu RH: foi oferecido uma ferramenta totalmente digital para que os empregados possam visualizar informações como recibos de pagamentos, informe de rendimentos, espelho de ponto, férias e informações pessoais de forma fácil e rápida através do próprio celular.
• Comitê Lei Geral de Proteção de Dados: Instituído para conduzir a instituição na implantação de instrumentos que gerem a segurança/privacidade nos dados dos colaboradores e terceiros.	Comitê Gestor de Tecnologia dos Sistemas Integrados de Gestão do Senac Alagoas: palestra sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	Gestão de Riscos: mesmo com a redução dos números da COVID-19, o Senac/AL continuou em alerta, disseminando dicas de prevenção e reforçando a importância da vacinação e os perigos da não-imunização.
Comitê Gestor: Criado para tratar de assuntos estratégicos de todo Regional com o objetivo de melhor assertividade nos direcionamentos, bem como deliberar ações pertinentes para o alcance de uma boa performance;	Comissão de Orçamento: para auxiliar os gestores na elaboração do orçamento anual de forma participativa e colaborativa, fortalecendo o comprometimento com os resultados.	Lançamento do Espaço Aprenda Mais Senac, que inclui o Site Transparência e Unicidade, o Canal do YouTube Senac Recomenda, diversos cursos e a Biblioteca Digital Senac. Este espaço é uma oportunidade para que os empregados adquiram mais conhecimento, já que este nunca é demais.
Comissão de Orçamento: Competente para auxiliar os gestores na elaboração do orçamento para o período de gestão 2021, de forma participativa e colaborativa, de tal maneira que permita aos responsáveis entender e comprometer-se com os resultados a serem auferidos ao final do período de gestão.	Direitos Trabalhistas: palestra sobre o Direito do Trabalho frente às Novas Tecnologias de Comunicação e Transmissão de Dados, esclarecendo sobre as mudanças nas relações e organização do trabalho.	
Mapeamento de Processos: Dissemina a cultura de gestão de melhoria de processos com a realização de mapeamento dos processos do Regional para verificação se estão de acordo com		

os objetivos e planejamento estratégico da instituição e posteriormente adequação.		
--	--	--

Fonte: Relatório Integrado Senac/AL 2020 a 2022

Importante destacar que o resultado do capital intelectual do Senac/Alagoas no contexto da gestão compartilhada no Quadro 1, pode facilitar a integração das informações de toda a organização, bem como promover o envolvimento dos *stakeholders* internos. Em analogia com a teoria apregoada por Guzzati (2020) os capitais são repositórios de valores que podem aumentarem, diminuir ou se transformarem a depender das ações da instituição, logo, destaca-se que a evolução quanto a ação da Gestão Compartilhada, exposto no RI, configura-se como geração e demonstração de valor.

Quanto ao **Capital Social e de Relacionamento**, a Figura 02 mostra que este obteve importância significativa para o Senac/AL demonstrada no RI dos anos de 2021 e 2022 com índices de participação que variam entre 24% e 25% respectivamente, sendo que 2020 não obteve participações significativas. O IIRC esclarece que esse capital propõe uma interação dentro e entre os *stakeholders*, facilitando o compartilhamento de informações para melhoria do bem-estar individual e coletivo, destes. Assim, esse capital abrange a apresentação de padrões compartilhados, ou seja, valores e comportamentos comuns, o relacionamento com as partes interessadas e fatores intangíveis relacionados à marca da instituição.

O capital social e de relacionamento do Senac/Alagoas nos anos 2021 a 2022 que pode ser visto no Quadro 2, representa parcerias com os stakeholders, incluindo colaboradores, estudantes, clientes, fornecedores, comunidades. Esse capital é essencial para o Senac/Al, pois resulta na capacidade de criar valor sustentável por meio das relações inter e intraorganizacional de comprometimento de interesses mútuos, contribuindo para a reputação do Senac/Al e a criação de um ambiente propício para inovação, crescimento e resiliência organizacional (DE ALBUQUERQUE RIBEIRO, 2020). Diante disso, percebe-se que a instituição reconhece a importância desse capital e busca atender as necessidades das partes interessadas.

Quadro 2: Ações de programas educacionais locais- Parcerias 2021 a 2022- Capital Social e de Relacionamento

Ação- Programas Educacionais Locais- Parcerias (2021)	Ação- Programas Educacionais Locais- Parcerias (2022)
Projeto Tem Saída	Merendeiras da rede municipal de 21 municípios alagoanos.
Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência, Desenvolvimento Social e Habilitação de Rio Largo	Comunidade Acolhedora Paz em Cristo
Secretaria de Prevenção à Violência - SEPREV	Pestalozzi
Senac RJ	Associação Espírita Nosso Lar
Ministério Público do Trabalho - MPT	Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego
	Caravana Brasil para Elas
	Associação Paz em Cristo
	Seprev
	Tiro de Guerra – Palmeira dos Índios/ Penedo e Teotônio Vilela
	MP-AL/ Juizado da Mulher
	Kerygma

Fonte: Relatório Integrado Senac/AL 2021 a 2022

No que se refere ao **Capital Natural** na análise do RI, foi possível identificar, a participação ativa das ações nos anos de 2020 e 2021 correspondente a 21% e 20% respectivamente, sendo 2022 com pouca representatividade. Esse capital retrata todos os recursos renováveis e não renováveis no fornecimento de bens e serviços que contribuem com

a prosperidade da organização (IIRC, 2023), tais como: água, terra, minerais, florestas, biodiversidade e a saúde do ecossistema.

A gestão responsável pelo capital natural implica em reconhecer as consequências das atividades da empresa sobre o meio ambiente e trabalhar para minimizar essas consequências, ao mesmo tempo em que busca oportunidades para aprimorar a resiliência e a eficiência ambiental. No RI Senac/AL, conforme pode ser visto no Quadro 3, a avaliação e comunicação transparente sobre o estado e a gestão do capital natural demonstram o compromisso do Senac com a sustentabilidade e social, pois propicia informações necessárias para *stakeholders* e partes interessadas em relação as prerrogativas ambientais e de responsabilidade social (FARIA; CANEDO; BONFIM, 2023). Com base nisso, o Senac/AL se preocupa com os recursos naturais disponíveis à instituição e projeta ações de proteção e continuidade desses recursos.

Quadro 3- Ações- Programa de capital natural e sustentabilidade 2020-2021

Ações- Programa de capital natural e sustentabilidade (2020)	Ações- Programa de capital natural e sustentabilidade (2021)
Ação Institucional Janeiro Branco	Substituição de pilhas convencionais por pilhas recarregáveis.
Implantação de pontos de coleta do Tampinha Legal	Blog do Ecos
Doação de Papelão para a cooperativa	Implantação do uso de papel A4 reciclado
Acompanhamento dos indicadores de consumo	Implantação de coletores de pilhas usadas nas unidades do Regional
PGRS – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Pontos para armazenamento de papelão para doação à cooperativa local:
ECA – Estudo de Capacidade Ambiental	Doar galões de plástico (de álcool, detergente e desinfetante) para cooperativa local:
Torneiras automáticas de pressão	Aromateca em braile
Descargas com acionamento duplo	Coleta de óleo de cozinha usado para doação à cooperativa de reciclagem
Troca de lâmpadas	Canteiro verde do Ecos nas Unidades do Regional
Copos descartáveis	Ações de engajamento nas datas comemorativas alusivas ao tema da sustentabilidade
Central de impressão	Inclusão no CEP Arapiraca como ponto de doação do Projeto Tampinha Legal, em prol do Instituto Amor 21
Manutenções preventivas de ar condicionado	
Projeto de acessibilidade das carretas	
Elevadores	
Banheiros para portadores de necessidades especiais	
Piso Tátil	

Fonte: Relatório Integrado Senac/AL 2020 a 2021

Com base na completude dos resultados, o *framework* do RI Senac/AL atende em consonância com os tópicos estabelecidos na DN nº178/2019 do TCU e com a Estrutura Internacional para Relato Integrado (IIRC). Ademais, é possível confirmar este resultado com a teoria dos *stakeholders*, pois Perez Junior, Oliveira Neto e Silva (2014) reforçam que uma das principais propostas do RI é tornar fácil a demonstração de criação de valor no curto, médio e longo prazo e, Guzzatti (2020) complementa que o RI se apresenta como um aspecto possível da organização demonstrar aos seus usuários como ela cria valor ao longo do tempo. Fato este, corroborado no Senac/AL.

Constata-se também que as ações de valores do capital intelectual do RI da instituição estão associadas a ações correspondentes à recursos tangíveis e intangíveis, drives de valor, felicidade e bem-estar e políticas e princípios ou procedimentos gerenciais, fontes de utilidades que segundo Mascena (2018, p.30) são preferências que os *stakeholders* têm quanto “aos recursos que desejam obter da organização e ao tipo de tratamento que desejam receber.” Essas

ações conectam aos valores relacionais, definido por Mascena et al (2018) por processos e políticas que incentivam o relacionamento entre a empresa e os *stakeholders*.

Além disso, o Senac/AL pode demonstrar confiança aos seus *stakeholders*, pois o RI dos anos analisados, proporcionam transparência nas práticas de governança dos seus capitais. Respondendo assim o objetivo desta pesquisa, que identificar como o Relato Integrado (RI) do Senac Alagoas contribui para divulgação da sua geração de valor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar como o Relato Integrado (RI) do Senac Alagoas contribui para divulgação da sua geração de valor. Portanto, pelo arcabouço teórico e empírico da pesquisa, compreende-se que o RI é uma estrutura que permeia a integração de informações financeiras e não financeiras e auxilia a demonstração de geração de valor por meio das ações aplicadas às partes interessadas: funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, comunidades. Respondendo assim o objetivo proposto da pesquisa.

A partir das análises de valor gerado, identificou-se que o RI do Senac/AL contribui para a divulgação da geração de valor por meio da apresentação das ações aplicadas e direcionadas aos seus capitais de valores, compactuando com Guzatti (2020, p. 22) quando define que “o termo capital pode ser entendido como sendo repositórios de valores que aumentam, diminuem ou se transformam por meio das atividades da empresa ou por seus produtos”, movimentação esta que desperta a identificação de valor gerado ao longo dos anos. Tendo em vista que a geração de valor pode ser representada pela evolução dos processos e ações de uma instituição, percebe-se que Senac/AL preocupou-se em demonstrar no RI a evolução gradual por capitais e ações desenvolvidas.

Essa preocupação em demonstrar a evolução gradual se dá nas seguintes considerações: o **Capital Intelectual**, com participação que varia de 24% a 27% das ações resultando na interpretação de que a instituição, durante o período analisado, oportunizou melhorias na sua estrutura estratégica e governamental; o **Capital Social e de Relacionamento** com influência significativa para o Senac/AL demonstrada no RI dos anos de 2021 e 2022 com participação de ações que variam entre 24% e 25%, remetendo que a instituição reconhece a importância desse capital e busca atender as necessidades das partes interessadas; o **Capital Natural** correspondente a 21% e 20% nos anos de 2022 e 2021 respectivamente de participação ativa, no qual, dispõe da compreensão de que o Senac/AL preocupa-se com os recursos naturais disponíveis à instituição e projeta ações de proteção e continuidade desses recursos.

Em consideração a teoria dos *stakeholders*, nota-se que ela proporciona formas de identificar e mensurar as ações de valores, no qual possibilita vincular, independente do capital de valor, se as ações estão relacionadas à valores relacionais, aqueles definidos por processos e políticas que incentivam o relacionamento entre a empresa e os *stakeholders* ou valores transacionais determinados pelas relações contratuais de troca entre a empresa e os *stakeholders*. Esses indicadores são importantes pois permitem demonstrar a configuração da relação entre empresa e as partes interessadas e se essa relação está apoiada em variáveis de confiança, tratamento justo, reciprocidade e envolvimento no processo decisórios (MASCENA, 2018).

Considera-se portanto que as ações do Capital Intelectual, o de maior representatividade no Senac/AL ao período analisado, estão conectadas aos valores relacionais, estes correspondentes a processos e políticas que incentivam o relacionamento entre a empresa e os *stakeholders*. Destaca-se que o fator primordial de um RI é a grandeza de atender à necessidade das partes interessadas, com transparência, objetividade, tempestividade e integridade, proporcionando uma demonstração da atuação da instituição sobre os aspectos

econômicos, sociais e ambientais, que permitirão alcançar, nessa relação, o respeito e a fidelidade do seu público de interesse, viabilizando a longo prazo, geração de valores.

Contudo, nota-se que a compreensão e percepção de valor gerado por uma instituição, requer da parte interessada um aparato teórico e conceitual inicial sobre como se comporta essa geração de valor bem como a viabilidade do RI. Com essa observação e entendendo que uma instituição detém de *stakeholders* variados, destaca-se a primeira lacuna desta pesquisa, com a sugestão de investigar à quem se destina, de fato, as informações disponibilizadas no Relato Integrado, pois, compreende-se que o RI deve ser acessível à todos, atendendo as limitações existentes nos grupos de interesses.

O Senac/AL atende diversos *stakeholders*, incluindo alunos, funcionários, órgãos reguladores, doadores, parceiros corporativos e a sociedade em geral. Esses *stakeholders* têm um interesse fidedigno em compreender como o Senac/AL gera valor além dos resultados financeiros, e o RI pode servir como uma ferramenta eficaz para atender a essas expectativas. Isto posto, espera-se que este estudo forneça informações importantes para a comunidade acadêmica, gestores do Senac/AL e para seus diferentes *stakeholders*.

Acredita-se que este estudo possibilitará maior visibilidade pela academia e ampliação de pesquisas empíricas, salientando a consistência da modernidade vinculada as mudanças globais, com possibilidade de utilização da mesma metodologia em pesquisas futuras objetivando resultados iguais ou similares.

Como limitação da pesquisa, retrata que a DN nº 178/2019 do TCU é direcionada para empresas públicas, no entanto o Senac é uma instituição privada contemplada por recursos públicos, sendo obrigada a elaboração do RI como prestação de contas, conforme preconiza o TCU. Outra limitação é que o *framework* do IIRC não se difere com base nas estruturas das organizações.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a utilização de fontes de evidências primárias para compreensão do pensamento integrado, premissa do RI, para obtenção de interpretação da gestão sobre os aspectos de planejamento e execução das ações vinculadas a ideia de geração de valor.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, edições 70, 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **DECISÃO NORMATIVA-TCU Nº 178, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019**. Dispõe acerca das prestações de contas anuais da Administração Pública Federal referentes ao exercício de 2019, que devem ser apresentadas em 2020, especificando a forma, os elementos de conteúdo, as unidades que devem prestar contas e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa-TCU 63, de 1º de setembro de 2010. Disponível em:< <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/42772>.> Acesso em 20 de julho de 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de gestão na forma de relato integrado: evolução da prestação de contas**. Disponível em:< <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/relatorio-de-gestao-na-forma-de-relato-integrado-evolucao-da-prestacao-de-contas.htm>> Acesso em 21 de julho de 2023.

BAZANINI, Roberto; ADRA, Ricardo Daniel; RUBEO, Roberto Enzo; LANIX, Tirone Francisco Chahad; BARBOSA, Catharina Pereira Barbosa. A teoria dos Stakeholders nas diferentes perspectivas: controvérsias, conveniências e críticas. **Revista Pensamento & Realidade**, v.35, nº 2, p.43-58, maio/ago de 2020.

BEVILAQUA, Isabelle Caroline; FREIRE, Fátima de Souza. Oportunidades e desafios do relato integrado a partir dos princípios do dialogic accounting e do engajamento dos stakeholders. **CONTEXTUS- Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. V.21, p. 1-16, 2023.

CARDOSO, João Batista Freire; ALVES, Nadson Jaime Ferreira; SANTOS, Isabel Cristina dos. A metáfora visual do relato integrado: uma análise semiótica. **Intercon- RBCC**. São Paulo, v. 42, n. 2, p.65-88, maio/ago. 2019.

CASTRO, Sara; COSTA, Abimael; O Status Quo do Relato Integrado no Setor Público Brasileira. **RGO- Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 15, n. 3, p. 254-270, set./ dez., 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3ª ed. Porto Alegre. Artmed, 2010.

DE ALBUQUERQUE RIBEIRO, Cíntia de Melo et al. Evidenciação da responsabilidade social corporativa nos estudos sobre relato integrado: uma revisão estruturada da literatura. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 53, 2020.

DOMINGUES, Inês Filipa Oliveira. **Orientações para o Relato integrado e o seu cumprimento: Uma análise aos relatórios integrados em Portugal**. 2021. Tese de Doutorado.

EUR-Lex: Acesso ao direito da União Europeia. **Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/UE no que diz respeito à divulgação de informações não financeiras e sobre diversidade por certas grandes empresas e grupos Texto relevante para o EEE**. Disponível em < <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex%3A32014L0095> > Acesso 02 de julho de 2023.

FARIA, Thais de Souza; CANEDO, Rafael Henrique Pires dos Santos; BONFIM, Mariana Pereira; ALVES, Mariana Azevedo; SOARES, José Mauro Madeiros Velôso. Relato Integrado no Setor Público: O caso das indústrias nucleares do Brasil S.A. **Revista Ambiente Contábil**. Vol.15, n,2, p.295-322.Jul/Dez., 2023.

Fundação IFRS- **Integrated Reporting**. A Estrutura Internacional para Relato Integrado. 2014. Disponível em:< <https://www.integratedreporting.org/news/iirc-publishes-revisions-to-international-framework-to-enable-enhanced-reporting/>. > Acesso em 20 de julho de 2023.

Fundação IFRS- **Integrated Reporting**. Revisões da Estrutura Internacional-2021. Disponível em:< <https://www.integratedreporting.org/news/iirc-publishes-revisions-to-international-framework-to-enable-enhanced-reporting/>. > Acesso em 20 de julho de 2023.

GALVÃO, Liliane; SOUZA, Franciele Machado de; MEURER, Alison Martins; MACHADO, Rosaly. Relato Integrado e Pensamento Integrado nas Estatais Estaduais Brasileiras. **Revista FSA**, v. 19, n. 10, art. 11, p. 212-234. Teresina-PI, Out. 2022.

GONÇALVES, Helenice Souza; DOS ANJOS, Luiz Carlos Marques; DE LIMA FREITAS, Maurício Assuero. Relato integrado e desempenho financeiro das empresas listadas na B3. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 18, n. 2, p. 345-362, 2019.

GUZATTI, Nataliê Cristy. **Evidenciação da Criação de Valor no Setor Agrícola: O caso Do Mato Grosso sob o Enfoque do Framework do Relato Integrado**. Dissertação (mestrado). Curitiba, 2020.

HARRISON, Jeffrey S; FREEMAN, R. Edward; WICKS, André C; PARMAR, Bidhan. **Stakeholder Theory: The State of The Art**. Cambridge University Press. 2010.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA NETO, Rafael; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Relatório Integrado**. Integração entre as informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2014.

MARIA, Selma Costa; D'ANGELO, Marcia Juliana; BORGERTH, Vania Maria da Costa. Lacunas de engajamento e utilização do Relato Integrado no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 33, p. 63-80, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2003.

MASCENA, Keysa Manuela Cunha De. **Distribuição de valor para stakeholders e desempenho financeiro corporativo**. Tese (Doutorado). São Paulo, 2018.

MASCENA, Keysa Manuela Cunha de; STOCKER, Fabricio. Gestão de Stakeholders: Estado da Arte e Perspectivas. **Future Studies Research Journal**, v. 12, n. 1, p. 01-30, janeiro/abril de 2020.

MASCENA, Keysa Manuela Cunha de; FISCHMANN, Adalberto Américo; BOAVENTURA, João Maurício Gama; SAN-JOSE, Leire. Valor para stakeholders e desempenho financeiro de empresas do índice de sustentabilidade empresarial. **XX Engema-Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente**, ISSN: 2359-1048, Dezembro/2018.

RESENDE, Luiz Felipe Silva de. Et al. Barreiras à implantação do relato integrado nas instituições públicas de ensino superior. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ed. 10, Vol. 02, p. 27-54. Outubro 2021.

SANTOS, Fernando de Almeida; FERNANDES, Marcelo Eloy; SILVA, Roberta Cristina. Proposta de Indicadores para comparabilidade nos relatórios integrados: um estudo de caso comparativo. **Future Studies Research Journal: FIA BUSINESS SCHOOL**. São Paulo, v.12, p. 379-393. May. /Aug. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5ª edição. Porto Alegre. Editora Bookman. 2015.

ZARO, Elise Soerger. Relato Integrado e a Divulgação Corporativa para a Sustentabilidade. **RMC- Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 4-11. Jan/abr. 2021.